



APROVADO

ESTADO DA PARAÍBA
CNPJ 08.741.688/0001-72
Gabinete do Prefeito

20 / 09 / 2021

DATA

ASSINATURA

PROJETO DE LEI Nº 030/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE POCINHOS-PB

A Comissão Permanente
para Parecer

em, 13 / 09 / 2021

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PMAAF, E DISPÕE SOBRE A COMPRA INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DE PRODUTOS DA BACIA LEITEIRA E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE POCINHOS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE POCINHOS, PARAÍBA**, no uso das suas atribuições conferidas legalmente, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

TÍTULO ÚNICO
DA INSTITUIÇÃO E DA REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Art. 1º - Esta Lei institui o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PMAAF, bem como dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Município de Pocinhos, Estado da Paraíba.

Parágrafo único. O PMAAF tem a finalidade de garantir a aquisição direta e indireta de produtos agropecuários, extrativistas, produtos lácteos e resultantes da atividade pesqueira, in natura e beneficiados, produzidos por agricultores familiares, pescadores artesanais, criadores de rebanhos e pelos beneficiários da reforma agrária, ou suas organizações econômicas e sociais, que se enquadrem nas disposições na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Art. 2º - A aquisição de alimentos da agricultura familiar do Município de Pocinhos/PB, por meio do PMAAF, será integrada e adequada às políticas e aos programas



ESTADO DA PARAÍBA

CNPJ 08.741.688/0001-72

Gabinete do Prefeito

governamentais que visam assegurar o direito humano à alimentação adequada, tendo como referência os seguintes marcos regulatórios:

I - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

II - Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pela Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003, com redação alterada pela Lei Federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011;

III - Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, instituído pela Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

IV - Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

V - O Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – SESANS, criado pela Lei nº 13.494, de 02 de julho de 2008, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada;

VI - O Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, incluído no art. 6º, Capítulo II, Dos Direitos Sociais, da Constituição Federal, através da Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010;

VII - A Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PESANS, instituída pelo Decreto nº 40.009, de 11 de novembro de 2013;

VIII - Lei Federal nº 13.680, de 14 de junho de 2018, que altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal.

Art. 3º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Agricultura familiar: aquela definida na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais – PRONAF;

II - Fornecedores: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, silvicultores, aquicultores, extrativistas, agricultores familiares urbanos e pescadores artesanais que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF – DAP Pessoa Física;



ESTADO DA PARAÍBA

CNPJ 08.741.688/0001-72

Gabinete do Prefeito

III - Organizações fornecedoras: cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF – DAP Pessoa Jurídica;

IV - Consumidores: indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição, pelas demais ações de alimentação e nutrição financiadas pelo poder público;

V - Agricultor familiar e empreendedor familiar rural: a pessoa física ou jurídica, que atenda aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

VI - Organização de agricultores familiares: cooperativa de agricultores familiares ou sociedade empresarial da agricultura familiar;

VII - Unidade familiar de produção: estabelecimento composto pela família ou por indivíduos agregados, que morem na mesma residência, sob gestão estritamente familiar, para exploração de fatores de produção voltados ao cultivo de alimentos, ou à produção de bens ou prestação de serviços de natureza assemelhada para o próprio autoconsumo ou para o atendimento à demanda da sociedade;

VIII - Produtos orgânicos: aqueles oriundos de sistema de produção definido nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

IX - Produtos agroecológicos: aqueles definidos nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto Federal nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO;

X - Produtos manufaturados: aqueles fabricados a partir de alimentos in natura, que passaram por processo de manipulação, beneficiamento, transformação ou industrialização;

XI - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP: documento de aptidão às políticas públicas federais direcionadas à agricultura familiar, que identifica o beneficiário da referida Política;

XII - Chamada Pública: procedimento administrativo voltado à seleção da melhor proposta para aquisição de produtos de beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras;

XIII - Gênero Alimentício: toda a substância, seja ou não tratada, destinada à alimentação humana;



ESTADO DA PARAÍBA

CNPJ 08.741.688/0001-72

Gabinete do Prefeito

XIV - Formulário de proposta de venda: documento anexo ao edital de Chamada Pública, o qual deverá ser preenchido pelo agricultor familiar, empreendedor familiar rural ou pela organização de agricultores familiares, com as informações de identificação, a relação de produtos a serem fornecidos e suas respectivas quantidades, bem como o cronograma de entrega.

Art. 4º - O Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PMAAF possui os seguintes objetivos:

I - Incentivar e fortalecer a agricultura familiar, promovendo inclusão econômica e social, com fomento à produção orgânica e agroecológica, ao beneficiamento de alimentos e à geração de renda;

II - Fomentar a organização e modernização da produção e melhorar o escoamento dos produtos da agricultura familiar rural e urbana com ênfase nos mercados locais, nos circuitos curtos como as feiras agroecológicas;

III - Estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo dos seus produtos;

IV - Incentivar a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar e pesca artesanal nas compras realizadas pelos órgãos públicos municipais;

V - Incentivar o consumo de alimentos saudáveis, sustentáveis e que valorizem a cultura alimentar local e regional e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);

VI - Promover o abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e do mercado governamental;

VII - Fortalecer e incentivar a criação de redes de comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar;

VIII - Contribuir para a promoção e o fortalecimento dos sistemas públicos de segurança alimentar e nutricional e abastecimento, priorizando pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social;

IX - Promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

X - Gerar trabalho e renda;

XI - Desenvolver técnicas da agricultura orgânica e agroecológica;



ESTADO DA PARAÍBA
CNPJ 08.741.688/0001-72
Gabinete do Prefeito

XII - Apoiar a prática do associativismo e cooperativismo;

XIII - Melhorar a qualidade de vida da população rural;

XIV - Promover cursos de capacitação, formação e treinamento para os agricultores e agricultoras familiares rurais e urbanos;

XV - Promover assistência técnica e extensão rural para os agricultores e agricultoras familiares rurais e urbanos participantes do programa;

XVI - Garantir a igualdade de gênero em todos os processos e ações, reconhecendo e valorizando o trabalho das mulheres na agricultura familiar.

Art. 5º - Para consecução dos objetivos do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PMAAF, citados no Artigo anterior, o Município se guiará pelas seguintes diretrizes:

I - Viabilização do suporte técnico e financeiro necessário;

II - Desenvolvimento de atividades de formação profissional, especialmente nas áreas da produção, da administração, da cooperação e da comercialização;

III - Divulgação de atividades relacionadas à Compra Institucional;

IV - Estímulo à inserção dos beneficiários na economia municipal, em especial utilizando-se de mecanismos que estimulem a comercialização dos produtos oriundos da Agricultura Familiar;

V - Estímulo à criação de redes e de cadeias produtivas solidárias que articulem os Agricultores Familiares;

VI - Estímulo à utilização de selo de identificação de origem e qualidade dos produtos oriundos da Agricultura Familiar, em observância a legislação vigente;

VII - Capacitação, orientação e os meios necessários ao fornecimento regular de alimentos e de outros bens, no mercado territorial no qual estão inserido;

VIII - Incentivo à produção diversificada agroecológica, disponibilizando apoio multisetorial das entidades de extensão rural e dos órgãos de pesquisa agropecuária, de crédito, de abastecimento e de armazenamento da Administração Pública;

IX - Articular-se com núcleos de extensão e pesquisa em Agroecologia (NEA's e CVT's) e Segurança Alimentar e Nutricional (NUSAN) no âmbito das universidades e institutos federais de ensino que atuam no estado de Pernambuco, para apoio ao desenvolvimento de atividades acadêmicas inerentes ao programa;



ESTADO DA PARAÍBA

CNPJ 08.741.688/0001-72

Gabinete do Prefeito

X - Estabelecimento de cardápios adaptados às potencialidades regionais, bem como às safras agrícolas, junto aos órgãos da Administração Pública Municipal que executam serviços de alimentação;

XI - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite;

CAPÍTULO II

DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Art. 6º - As aquisições de alimentos da agricultura familiar serão realizadas mediante articulação das ações referentes ao planejamento e à gestão de compras, visando propiciar maior agilidade e transparência no processo de aquisição dos gêneros alimentícios.

§ 1º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal devem informar à Autoridade Superior, a previsão de aquisição de gêneros alimentícios ofertados pelos beneficiários fornecedores.

§ 2º. Podem participar do processo de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Município de Pocinhos/PB, os agricultores familiares, os beneficiários da reforma agrária residentes e domiciliados neste Município, organizações que se enquadrem nas disposições na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com sede e atuação neste Município.

§ 3º. A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ou por outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

§ 4º. As organizações fornecedoras somente poderão alienar produtos provenientes de beneficiários fornecedores.

§ 5º. Serão priorizadas as compras de alimentos da agricultura familiar oriundos das organizações constituídas predominantemente por mulheres agricultoras familiares, organizações mistas de agricultores e agricultoras familiares, sendo admitido nesses casos a realização de chamada pública paralela.

§ 6º. A Secretaria Municipal de Agricultura ou órgão a esta vinculada, instituirá e coordenará o Cadastro Municipal de Fornecedores da Agricultura Familiar.



ESTADO DA PARAÍBA

CNPJ 08.741.688/0001-72

Gabinete do Prefeito

§ 7º. Somente poderão participar do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PMAAF organizações sediadas neste Município.

Art. 7º - As Aquisições de Alimentos através do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PMAAF serão executadas nas seguintes modalidades:

- I** - Compra Institucional Direta;
- II** - Compra Institucional Indireta;
- III** - Compra Direta com Doação Simultânea.

Art. 8º - A Compra Institucional Direta é a aquisição de gêneros alimentícios realizada pelo Município por meio de chamadas públicas ou mediante dispensa de procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Nas aquisições diretas com dispensa do procedimento licitatório será realizado processo que garanta impessoalidade na escolha do fornecedor, adotando-se, preferencialmente, chamamento público.

Art. 9º - A Compra Institucional Indireta é a modalidade de aquisição de gêneros alimentícios destinada à alimentação preparada, na qual o Município contrata fornecedores que incorporaram ao cardápio a ser fornecido, alimentos produzidos por agricultores e agricultoras familiares, pescadores artesanais e pelos beneficiários e beneficiárias da reforma agrária, ou suas organizações econômicas e sociais.

Art. 10 - A Compra Direta com Doação Simultânea consiste na aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e agricultoras familiares, pescadores e pescadoras artesanais e pelos beneficiários e beneficiárias da reforma agrária ou suas organizações econômicas e sociais, quilombolas, destinando-se os produtos adquiridos aos hospitais e escolas públicas, delegacias, ESF's, creches, secretarias municipais, associações rurais destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, instituições de amparo social e equipamentos de alimentação e nutrição.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural a seleção e priorização das famílias vulneráveis, bem como das entidades socioassistenciais e associações rurais que receberão os produtos oriundos do PMAAF por meio da Compra Direta com Doação Simultânea, e em casos de Secretaria Municipais, caberá a Secretaria Municipal de Administração direcionar os quantitativos conforme a necessidade de cada setor.



ESTADO DA PARAÍBA

CNPJ 08.741.688/0001-72

Gabinete do Prefeito

Art. 11 - A modalidade do PMAAF/Compra Institucional Direta será viabilizada a partir de recursos financeiros do Governo do Municipal destinados à aquisição de gêneros alimentícios.

Art. 12 - A modalidade do PMAAF/Compra Institucional Indireta será viabilizada a partir de recursos financeiros repassados pelo Governo Municipal para a aquisição e fornecimento de alimentação preparada.

Art. 13 - O processo de aquisição dos gêneros alimentícios dos fornecedores indicados no caput será objeto de chamada pública paralela, de forma a proporcionar participação isonômica dos produtores na Compra Institucional Indireta, priorizando a produção realizada por mulheres.

Parágrafo único. Para contratação de serviços de fornecimento de alimentação, deverá constar nos editais de licitação:

I - Exigência de comprovação de que os gêneros alimentícios provêm dos fornecedores ou organizações fornecedoras da agricultura familiar, conforme definido no § 1º do art. 1º desta Lei e devidamente inscritos no Cadastro de Fornecedores da Agricultura Familiar a que se refere o § 6º do art. 6º; e

II - A liberação de pagamento à contratada, referente aos valores correspondentes às aquisições da agricultura familiar, dar-se-á mediante apresentação de documento fiscal de transferência dos agricultores e/ou organizações da agricultura familiar após a entrega estabelecida em cronograma firmado.

Art. 14 - Quando as aquisições de gêneros alimentícios forem realizadas com dispensa do procedimento licitatório deverão ser observadas, afora as normas legais e constitucionais aplicáveis, cumulativamente, as seguintes exigências:

I - Compatibilidade dos preços com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Poder Executivo, por meio de regulamento;

II - Comprovação de qualificação pelos beneficiários fornecedores, na forma indicada no § 2º do art. 6º;

III - Seja respeitado o valor máximo anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por unidade familiar, por órgão comprador, da modalidade compra institucional, independentemente dos fornecedores participarem de outras modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

IV - quando se tratar de organizações detentoras de DAP Jurídica, o valor anual máximo a ser pago será o montante que se refere o inciso III, multiplicado pelo



ESTADO DA PARAÍBA

CNPJ 08.741.688/0001-72

Gabinete do Prefeito

número total de agricultores familiares que aderirem a proposta da sua organização, até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por ano, por órgão comprador;

V - Os alimentos adquiridos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes, próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos de hábitos alimentares locais, que podem estar in natura ou beneficiados.

§ 1º – Para a elaboração dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes fontes oficiais, sem prejuízos de outras que o Poder Executivo Municipal deseje adotar:

I - Cotação de preços praticados no mercado local ou regional, prioritariamente;

II - Preços praticados no âmbito do programa de aquisição de alimentos – PAA – (Governo Federal);

III - Banco de Preços adotado pelo Governo Municipal.

§ 2º – Os produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento), estabelecidos em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Poder Executivo Municipal, em regulamento.

§ 3º – O cardápio a ser servido nos locais que receberão os gêneros alimentícios adquiridos nos termos desta Lei deverá, obrigatoriamente, ser elaborado a partir dos produtos locais produzidos no Município de Pocinhos/PB.

Art. 15 - A modalidade do PMAAF/Compra Direta com Doação Simultânea será viabilizada com recursos oriundos do Tesouro Municipal – Previsto no Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos – Órgão: 02 – Poder Executivo.

Parágrafo único. Admite-se também como fonte financiadora desta modalidade de compra de alimentos, recursos provenientes de acordos de cooperação, termos de parceria e demais instrumentos de regulamentação de acordos financeiros.

Art. 16 - Deverá ser respeitado o valor máximo anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por unidade familiar, independentemente dos fornecedores participarem de outras modalidades deste Programa ou do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Art. 17 - Quando se tratar de organização detentora de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF – DAP/Pessoa Jurídica



ESTADO DA PARAÍBA

CNPJ 08.741.688/0001-72

Gabinete do Prefeito

DAP, o valor anual máximo a ser pago à organização será o montante a que se refere o art. 16, multiplicado pelo número total de agricultores familiares que aderirem a proposta da sua organização, até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por ano, por órgão comprador.

Art. 18 - Os gêneros alimentícios adquiridos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir todos os requisitos de controle de qualidade dispostos nas devidas normas vigentes, próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos de hábitos alimentares locais, que podem estar in natura ou beneficiados.

Parágrafo único. Para comprovação de que os gêneros alimentícios adquiridos na modalidade Compra Direta com Doação Simultânea provêm dos fornecedores ou organizações fornecedoras da agricultura familiar, deve-se observar o exposto no § 1º do art. 13 desta Lei.

Art. 19 - Para a elaboração dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios, na modalidade Compra Direta com Doação Simultânea, deverá ser observado o exposto no Art. 14, § 1º, desta Lei.

Art. 20 - Em caso de determinação de calamidade pública, as aquisições por meio do PMAAF/Compra Direta com Doação Simultânea podem ocorrer sem a necessidade de chamada pública.

Parágrafo único. Nas ocasiões de excepcionalidade, deverá ser realizada a contratação de organizações da agricultura familiar, levando em conta os seguintes critérios para escolha dos fornecedores:

I - Serão priorizadas aquisições de Cooperativas e Associações, com DAP jurídica ativa ou documentação similar no âmbito federal ou estadual;

II - Comprovada capacidade de infraestrutura física e logística para atender a demanda do PMAAF, Compra Direta com Doação Simultânea;

III - Experiência comprovada no fornecimento de produtos da agricultura familiar para o PAA Compras Institucionais ou PAA Doação Simultânea, do Governo Federal, e PNAE Estadual ou Municipal; e

IV - Atuação em rede para atendimento da demanda e abrangência do seu quadro social.



ESTADO DA PARAÍBA
CNPJ 08.741.688/0001-72
Gabinete do Prefeito

Art. 21 - Os produtos alimentícios de que trata esta Lei poderão ser ofertados de forma "in natura" e/ou agroindustrializados, de acordo com as necessidades próprias do Município.

Art. 22 - Para definição desta lei entende-se por produto "in natura" o produto Agrícola Familiar que se encontra no estado natural e entende-se por agroindustrializado o produto que sofrer transformação da matéria-prima, proveniente da agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura e demais atividades da Agricultura Familiar.

Art. 23 - Nos casos de produtos agro-industrializados, é obrigatório o registro do estabelecimento processador e do produtor fornecedor da matéria-prima de origem vegetal e animal, junto ao órgão certificador competente.

Art. 24 - Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas, para a preservação de sua qualidade, obedecendo as normas técnicas específicas.

Art. 25 - A rotulagem e embalagem dos produtos agroindustrializados deverão conter todas as informações do produto e dados do produtor, conforme estabelecido pela legislação vigente.

Art. 26 - A aquisição de alimentos deverá conciliar a demanda por ações de promoção de segurança alimentar com a oferta de produtos definida pelos beneficiários fornecedores do PMAAF.

CAPÍTULO III
DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 27 - Os interessados que queiram se cadastrar ao Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar deverão apresentar a seguinte documentação:

I - Proposta de participação, devidamente assinada pelo agricultor familiar, pelos povos ou pelas comunidades tradicionais;

II - Declaração de responsabilidade, devidamente assinada pelo agricultor familiar, pelos povos ou pelas comunidades tradicionais;

III - Cópia do RG e CPF;

IV - Dados bancários;



ESTADO DA PARAÍBA

CNPJ 08.741.688/0001-72

Gabinete do Prefeito

V - Cadastro para emissão de nota fiscal do produtor; e

VI - Declaração de aptidão ao PRONAF - DAP;

Art. 28 - Serão exigidos os seguintes documentos para habilitar e credenciar as associações, cooperativas e colônias dos beneficiários desta Lei, solicitando a apresentação dos seguintes documentos:

I - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - Certidões negativas aptas a comprovar a adimplência fiscal e tributária;

III - Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade;

IV - Contrato Social;

V - Declaração de aptidão ao PRONAF de Pessoa Jurídica;

VI - Cópia do RG e CPF do responsável;

VII - Proposta de participação, devidamente assinada pelo responsável;

VIII - Declaração de responsabilidade;

IX - Dados bancários da cooperativa (se houver);

X - Cadastro para emissão de nota fiscal do produtor; e

XI - Relação dos beneficiários que formalizarão as vendas com a Prefeitura Municipal de Pocinhos, de acordo com os princípios estabelecidos por esta Lei.

CAPÍTULO IV

DA DESTINAÇÃO DOS ALIMENTOS ADQUIRIDOS

Art. 29 - Os alimentos adquiridos no PMAAF serão destinados para:

I - O abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição;

II - O consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade socioeconômica;

III - O abastecimento da rede socioassistencial;



ESTADO DA PARAÍBA
CNPJ 08.741.688/0001-72
Gabinete do Prefeito

IV - O abastecimento da rede pública e filantrópica de ensino;

V - A constituição de estoques públicos de alimentos, destinados a ações de abastecimento social; e

VI - O atendimento a outras demandas definidas pelo Plano Municipal de Agricultura Familiar.

§ 1º – A população, que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional decorrente de situações de emergência ou calamidade pública, reconhecidas nos termos da Lei Nº. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, poderá ser atendida, no âmbito do PMAAF, em caráter complementar e articulado a atuação do Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da Defesa Civil do município.

§ 2º – O abastecimento da rede pública e filantrópica de ensino terá caráter suplementar ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, previsto na Lei Federal Nº. 11.947, de 16 de junho de 2009.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 - O PMAAF será fiscalizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento da Agricultura - CMDA.

Art. 31 - Qualquer omissão ou obscuridade desta Lei poderá ser sanada por Decreto Administrativo do Chefe do Executivo Municipal, regulamentando-a em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação, no que couber.

Art. 32 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA, EM 10 DE SETEMBRO DE 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE POCINHOS-PB

A Comissão Permanente

para Parecer

em, 13 / 09 / 2021


ELIANE MOURA DOS SANTOS GALDINO
Prefeita Constitucional


Presidente

APROVADO

20 / 09 / 2021
DATA


ASSINATURA



ESTADO DA PARAÍBA
CNPJ 08.741.688/0001-72
Gabinete do Prefeito

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente,
Ilustres vereadores,

Exercendo a competência a mim deferida pela Lei Orgânica deste Município, submeto ao confiável e estimado apreço de Vossa Excelências este Projeto de Lei, que institui o PROGRAMA MUNICIPAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, no âmbito do Município de Pocinhos/PB.

Em âmbito nacional, existe o "Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)" do Governo Federal, destinado a compras públicas de alimentos produzidos pela agricultura familiar em território nacional. As compras são feitas localmente e tem efeito substancialmente positivo na renda dos agricultores e no desenvolvimento da agricultura familiar e, conseqüentemente, gerando riqueza nas localidades onde estão inseridas.

Insta frisar que o Brasil possui alguns dos maiores programas de compras governamentais de agricultores familiares do mundo. Sendo parte do projeto e estratégia do Programa "Fome Zero", a partir de 2003, o Governo Federal passou a adquirir a produção da agricultura familiar, desde então vem expandindo as políticas públicas e programas que insiram esses agricultores ao mercado. O governo brasileiro vem desenvolvendo modalidades, processos e procedimentos de compra de agricultores familiares e de sua inclusão em programas de compra institucional.

Para enquadramento no programa, é considerada agricultora familiar aquela à qual utilize predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas ou empreendimento, que tenha pelo menos 50% (cinquenta por cento) da renda familiar originada dessas atividades e detenha até quatro módulos fiscais nos termos da Lei 11.326/2006. Compreende-se por módulo fiscal aquela área cuja propriedade agrícola é necessária para uma família subsistir de atividades agrícolas. Esta medida varia de município a município no país, principalmente de acordo com a vocação agrícola e o clima, sendo estimada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A título de exemplo, nosso Município busca instituir o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PMAAF, amparado na Lei Federal n. 11326/2006 e Lei Federal n. 12.512/2011, através da Secretaria Municipal de Agricultura, que juntamente com o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Agricultura – CMDA, que promoverão sua fiscalização.

Carla Diniz



ESTADO DA PARAÍBA

CNPJ 08.741.688/0001-72

Gabinete do Prefeito

Em todas as modalidades do PAA, diversos públicos são beneficiados. O primeiro são os produtores, isto é, os agricultores familiares que fazem a venda. O segundo são as pessoas que irão consumir esses produtos. Na compra com doação simultânea, esse público consumidor são populações em situação de risco alimentar, atendidas pela rede de proteção social de estados e municípios.

Ademais, o presente Projeto encontra-se dentro dos parâmetros legais, inclusive da Lei nº 14.133/2021 que vem à substituir a Lei nº 8.666/93, esta que, por sua vez, autoriza dispensa de processo licitatório e compra direta. Nesse sentido, destacamos que o presente projeto de Lei tem por objeto a criação no âmbito municipal, buscando reafirmar a atividade de fomento para inserção do pequeno agricultor no mercado, e conseqüentemente, buscando uma maior inclusão social, gerando e distribuindo recursos para as respectivas localidades através da prática comercial.

Sob esses argumentos e que submeto à deliberação de Vossa Excelência e seus dignos pares a presente proposta, na expectativa do pleno acolhimento por essa Edilidade, guardiã dos mais nobres interesses do povo pocinhense, e aproveito da oportunidade para reiterar os mais elevados votos de estima e apreços.

Atenciosamente,


ELIANE MOURA DOS SANTOS GALDINO
Prefeita Constitucional